

BRANQUITUDE NOS ESTUDOS PARA A PAZ

Nicolas V. R. Rohrbacker

Resumo

O presente trabalho busca explorar os efeitos da noção de branquitude nos Estudos para a Paz. O objetivo deste artigo é questionar elementos chave dos estudos para a paz ao evidenciar que estes são marcados pela branquitude. Para isso, utiliza-se uma ampla gama de autores das Ciências Sociais e de Relações Internacionais, dentre eles estão W.E.B Du Bois, Albert Memmi, Frantz Fanon, e além de Johan Galtung, pioneiro dos Estudos da Paz, outros autores e estudos sucessores. Nesse sentido, o argumento do artigo é de que ao abordar criticamente essa agenda, é possível delinear a forma como a branquitude é responsável por sustentar estruturas de violências, cultural e estrutural. A fim de desenvolver esse argumento, o artigo é elaborado em três seções. Primeiramente é conceitualizado a branquitude e suas características. Em segundo lugar, é analisado criticamente a formação dos Estudos para a paz. Por fim, os dois temas são combinados para demonstrar o papel da branquitude nesse processo. A perspectiva da branquitude como um elemento de influência nos Estudos da Paz apresentada neste trabalho contribui com o debate de que o processo de paz deve ser analisado de forma plural, demonstrando a importância do elemento raça no desenvolvimento da paz.

Palavras-chaves: Raça; Branquitude; Estudos-para-paz; Colonialidade; Violência;

Abstract

This paper seeks to explore the effects of the notion of whiteness on Peace Studies. The aim of this paper is to question key elements of peace studies by highlighting that they are marked by whiteness. For this, a wide range of authors from the Social Sciences and International Relations are used, among them W.E.B Du Bois, Albert Memmi, Frantz Fanon, and besides Johan Galtung, the pioneer of Peace Studies, other authors and successor studies. In this sense, the argument of the paper is that by critically addressing this agenda, it is possible to delineate how whiteness is responsible for sustaining structures of violence, cultural and structural. In order to develop this argument, the article is elaborated in three sections. First, whiteness and its characteristics are conceptualized. Second, the formation of Peace Studies is

critically analyzed. Finally, the two topics are combined to demonstrate the role of whiteness in this process. The perspective of whiteness as an element of influence in Peace Studies presented in this paper contributes to the debate that the peace process should be analyzed in a plural way, demonstrating the importance of race element in the development of peace.

Keywords: Race; Whiteness; Studies-for-Peace; Coloniality; Violence

INTRODUÇÃO

Primeiramente, para a melhor compreensão desse trabalho, é necessário que se entenda que raça sempre esteve atrelada a alguma forma de classificação, os humanos começaram a classificar e diferenciar plantas, então animais, até o momento em que classificaram a si mesmos, é uma herança colonial. O tema da raça, embora de grande importância para a disciplina e do campo de relações internacionais, permanece em um espaço de esquecimento e de exclusão. De mesma maneira a Branquitude, traço racial do indivíduo branco, é tratada nos estudos raciais, pesquisas do opressor dentro de uma relação oprimido-opressor. Os Estudos para a Paz, agenda que tem como compromisso as relações sociais pacíficas em todos os seus níveis, e principalmente com a não violência em todas as suas dimensões, não escapa de tal crítica. Isso porque, essa agenda de pesquisa culminou em processos de paz que ignoram a experiência de países com maioria negra, além de infantilizá-los, e atuarem de maneira paternalista no sistema internacional. Dessa maneira, de que forma os Estudos para a Paz são influenciados pela branquitude?

O trabalho inicia pelo desenvolvimento do conceito de branquitude, e as suas características, seu poder e seu espaço de privilégio, ao abordar autores fundamentais, desde os estudos decoloniais, do oprimido e do opressor, até os mais recentes e suas diferentes dimensões, a fim de construir a imagem da branquitude que se sente invisível na sociedade. Em um segundo momento, a obra descreve o surgimento e o tema de pesquisa dos Estudos para a paz, desde sua emergência de pesquisa, até a suas abordagens críticas. Em último lugar, o trabalho trata de interseccionar os dois temas e demonstrar como os elementos chave dos estudos para a paz são influenciados pela branquitude.

É mais comum encontrar estudos sobre a negritude, e o racismo, mas não estudos que retratem os indivíduos que saíram com os lucros do processo da colonização, e da escravidão, no caso, a branquitude. O que é proposto nesse trabalho, é apontar como a branquitude, que se move desde as ações coloniais e da partilha da África,

mantém seus privilégios e sua óptica no sistema internacional, mais precisamente na agenda que tem como objeto de pesquisa a Paz.

A relevância desse trabalho está em somar se a caminhos críticos dos Estudos para a Paz, contribuindo com os trabalhos que retratam tanto o oprimido quanto o opressor, e ainda colabora com o argumento de que o processo da paz deve ser analisado de forma plural. Isso porque como argumentado nesse artigo, os Estudos para a Paz, embora se apresente com um ideal universal e abrangente, essa agenda atua na zona do esquecimento da importância do elemento raça, e branquitude, ao não ser suficiente em abarcar as experiências negras, reproduzindo um ideal “branco” de paz, isso porque não se aprofunda nas diversas formas de violência estrutural e cultural próprias do racismo, e ainda mais por compartilhar um ideal que é conivente com o espaço de privilégio da branquitude.

Por fim, o objetivo desse trabalho é delinear a branquitude, abordando o seu espaço de privilégio na sociedade, e com diferentes dimensões e nuances. Contribuir com a abordagem crítica dos Estudos para a Paz, somando-se aos esforços de promover a paz de forma plural, e que considera o elemento raça como fundamental nas relações internacionais.

A Branquitude e suas características

É importante compreender que a tecnologia de raça, foi criado pelos humanos, em um primeiro momento para diferenciar plantas, depois fizeram isso com animais, até que em determinado momento, com eles mesmos. (ALMEIDA, 2018) Não é novo na área das Relações Internacionais o apontamento do esquecimento da importância da Raça, e da Branquitude como elementos fundamentais, e até mesmo estruturantes da disciplina. (SILVA, 2021) Para entender o que é a “Branquitude”, é necessário compreender quais são os elementos que possibilitaram o surgimento de um estudo sobre o espaço que o branco ocupa? E o que é ser branco? De fato, o início dos Estudos decoloniais incide nessa questão, já que a classificação de pessoas através dos elementos de Raça, é segundo Quijano (2007), uma construção social fruto da colonialidade, e que é expresso em forma de poder, continuamente disseminados através da racionalidade específica do eurocentrismo. Ele diz que há dois resultados que o poder colonial implica: Primeiramente, todos os povos colonizados tiveram sua identidade e cultura retiradas, e em seguida, é criado uma nova identidade colonial, de caráter negativo, omitindo assim produções culturais e históricas (QUIJANO, 2007, p. 221) Achille Mbembe afirma que o colonialismo foi um projeto de universalização, cuja

finalidade era "inscrever os colonizados no espaço da modernidade". Mas isso foi feito de forma tão detestável e lamentável que tornou o colonialismo o maior exemplo de antiliberalismo.(ALMEIDA, 2018) Agora a respeito da segunda pergunta, ser branco, não é um conceito semelhante em todo lugar, depende de onde é o observador, nos EUA, ser branco está ligado à origem étnica e genética, no Brasil, está relacionado a aparência e ao fenótipo, já na África do Sul, o fenótipo e a origem são importantes demarcadores de brancura.(SCHUCMAN, 2012)

Os estudos sobre a branquitude têm início com os "*critical whiteness studies*", nos Estados Unidos da América, embora segundo Lourenço Cardoso (2010) os estudos sobre esse tema aconteçam em países como Austrália, Inglaterra, África do Sul e Brasil. W.E.B Du Bois (1935), é considerado o pioneiro na discussão sobre a identidade racial branca, em sua publicação "*Black Reconstruction in the United States*", mais precisamente em seu ensaio "*The Souls of White Folks*". W.E.B Du Bois com sua obra deu impulso para os estudos acerca da Branquitude. Sua contribuição é valiosa, pois ele é o primeiro teórico a apresentar uma análise da identidade do branco a partir de um sociólogo negro, em uma sociedade racista. Em sua obra ele demonstra que nos Estados Unidos, no século XIX, mesmo que os salários fossem baixos, os trabalhadores brancos tinham o que o sociólogo chama de "salário público e psicológicos" já que recebiam alguns privilégios na sociedade, como livre acesso, e melhores condições de vida.(DU BOIS, 1987) (DU BOIS, 1935) Outro teórico importante para a elaboração da identidade racial branca é Frantz Fanon (1952), psicanalista caribenho e africano, em sua obra *Peau Noir masques blancs*, ele defende a abolição, pois segundo ele, o que impede que os humanos aproveitem da sua condição humana é a raça, para resolver isso, argumenta a necessidade de "libertar o branco da branquitude e o negro de sua negritude.". Ou seja, somente com a superação do elemento raça, os humanos poderiam aproveitar genuinamente de sua liberdade humana.

Segundo Luciana Ballestrin, em "*América e o giro decolonial*", Frantz Fanon, junto com Césaire e Memmi formam a "Tríade francesa", para explicar o surgimento simultâneo do argumento pós-colonial. Frantz Fanon (1925-1961), era um psicanalista negro, que nasceu na Martinica, e revolucionário do processo de libertação nacional. Aimé Césaire (1913-2008), era poeta, negro, e também nasceu na Martinica, por fim, Albert Memmi (1920-) foi um escritor judeu que nasceu na Tunísia. Juntos, eles foram os principais intercessores que atuaram pelos colonizados, quando esses não tinham voz (BALLESTRIN, 2013) Obras como "Retrato dos colonizados", precedido de "Retratos do colonizador" (1947), de Albert Memmi, "Discurso sobre o colonialismo" (1950) de Césaire, e "Os condenados da terra" (1961), de Frantz Fanon. Nesse

sentido, outra contribuição importante para pensar o processo da criação de identidade alheias é o teórico Edward Said (1935-2003), onde o *Orientalismo*, soma-se a essas três obras. Said explica que isso acontece devido a criação do Oriente como uma invenção do Ocidente, ele foi responsável por denunciar a produção de conhecimento no exercício de dominação do “outro” (SAID, 1990)

Segundo Cardoso (2010) é Albert Memmi que de maneira precursora é o primeiro a analisar o opressor e o oprimido, no contexto da colonização africana. Sendo assim, todos os autores que se seguiram, demonstram a importância dos estudos que Memmi iniciou, estudar tanto o oprimido quanto o opressor. Vale também ressaltar aqui que o ativista Steve Biko também pode ser considerado um dos precursores nos estudos da branquitude, em 1960 e 1970 este autor elaborou um estudo sobre o branco sul africano, e foi morto enquanto lutava contra o racismo estrutural. Para ele, “os negros poderiam ser marrons, assim como os brancos poderiam ser cor-de-rosa, amarelo ou pálido”.(CARDOSO, 2010) (FANON e SILVEIRA, 2008b)

No Brasil, esse estudo pode ser observado em contribuições de autores como o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos que aponta as consequências do racismo e da ideologia do branqueamento para o próprio branco Brasileiro. Em a “*Patologia do Branco*” o autor demonstra como foi construída a imagem de superioridade do branco sob o negro, e como os aspectos contribuíram para que os brancos brasileiros, que tem origens na miscigenação, neguem sua própria verdade. A patologia para o autor é sentir vergonha de sua ancestralidade, negando as raízes negras e louvando as origens europeias.(RAMOS, 1955). Vale destacar também, que esse autor é o responsável por colocar a branquitude nos estudos sociológicos para entender o racismo.

Outra Brasileira importante para o debate da “Branquitude” é Maria Aparecida Silva Bento, é uma ativista e psicóloga brasileira, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, e atua na redução das desigualdades raciais e de gênero no ambiente de trabalho. Ela é mais conhecida como Cida Bento, em sua obra “*Branqueamento e Branquitude no Brasil*” (2002) apresenta, em um primeiro momento, faz uma abordagem geral, onde explica que a desigualdade racial é vista como um problema do negro, pois é este indivíduo colocado como objeto de estudo, e de certa maneira, em suas palavras, “dissecado” nestes estudos. Isso contribui, segundo Bento, a uma omissão e silêncio acerca do espaço que o branco ocupou, e ocupa na sociedade (BENTO, 2002). Segundo a autora a primeira questão que pode ser observada sobre a branquitude, é que há um reconhecimento por parte dos indivíduos de que há um problema, sendo este atrelado a escravidão, mas esse é um

espaço histórico e um discurso que os indivíduos brancos aparecem como ausentes, é como um legado adormecido a qual os brancos não fazem parte. (BENTO, 2002) Mas é sempre bom lembrar que não foram os negros que inventaram o racismo, esse silêncio sobre o papel do branco na escravidão, dos indivíduos que saíram com os lucros da produção de trabalho de um outro grupo, contribui para que os brancos “não trabalhem para pagar suas contas”.

Nesse sentido, Lia Schuman (2016) em sua obra elabora um aparato sobre a normalidade que a pele branca confere, sendo assim vista pelos sujeitos brancos. Essa invisibilidade é fundamentada através de Edith Piza (2002) e Ruth Frankenberg (1999), e isso está relacionado ao sujeito branco não se perceber como um ser racializado. Ao mesmo tempo, é importante apontar que para Cardoso (2010), embora pesquisadores apontem para a invisibilidade, o branco não se enxerga como um ser racializado, não passa de uma ideia fantasiosa. Ao mesmo tempo que o autor concorda com Ruth Frankenberg, no argumento que na colonização, ingleses, portugueses, espanhóis, holandeses e alemães foram marcados, ou se auto definiram, como brancos em relação aos nativos, ele conclui que mais importante do que argumentar a respeito da invisibilidade, é analisar se essa identidade racial é marcada pela invisibilidade, e como consta Cardoso, essa característica foi realizada pelos próprios teóricos norte-americanos. Mais importante ainda é destacar que para Matt Wray (2004, pag 357), segundo ele, esse ponto de vista de caracterizar a branquitude como "invisível" contribui para que o branco não questione suas vantagens raciais. (WRAY, 2004 aput CARDOSO, 2010, p. 619)

Tanto Schuman (2016) quanto Cardoso (2010) concordam que essa invisibilidade, é conferida pelo branco por uma ignorância com interesse, pois é o fato de se isentar que confere e continua a manter os privilegiados do ser branco com a identidade racial não marcada. Ambos tratam de separar aqueles que agem por ignorância ou por interesse. Outro elemento importante para entender a identidade do indivíduo branco, é entender o acordo silencioso que mantém uma estrutura de privilégios nos espaços sociais. Maria Aparecida Silva Bento, em seu trabalho, explica a Indignação narcísica, que acontece apenas quando estes problemas de trabalhos afetam a classe do grupo de pertença. Ela também discorre sobre o “Pacto Narcísico da Branquitude”, sobre isso a socióloga diz:

“O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo

como grupo de referência da condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco” (BENTO, 2002, p. 10)

Em síntese, o pacto da branquitude se refere a um compromisso velado que os brancos estão inseridos, uma forma dos brancos manterem-se em uma estrutura racial e social que os privilegiam. Outro elemento importante para entender a extensão da discussão da Branquitude, é a contribuição de Lourenço Cardoso, em sua obra “*Branquitude Crítica e Acrítica*” (2010). Neste trabalho o autor elabora um estudo sobre a branquitude crítica, que em linhas gerais seria o branco antirracista, e que desaprova publicamente o racismo, e a branquitude acrítica, seria na visão do autor, o branco que observa e sustenta ideais racistas por acreditar que sua cor detém privilégio. Cardoso, ressalta que a criticidade surge e ganha mais vigor na comunidade internacional, principalmente na ONU a partir da II Guerra, que mostrou Hitler e seu holocausto baseado na ideia da superioridade da raça ariana, isso resultou em milhões de judeus mortos. É aqui, que segundo seu trabalho, a branquitude crítica se preocupa em analisar e em condenar tais ações, enquanto a branquitude acrítica, não tem tais preocupações, e não só justifica, como reescreve tais fatos, a fim de minimizar o holocausto e exaltar Hitler. (CARDOSO, 2010)

Segundo o autor, os *critical whiteness studies* analisam as diferentes formas de manifestação de racismo, tanto o lado crítico quanto o acrítico, para ele não cabe concordar com estudos que generalizam no mesmo conceito, um selecionador de RH que escolhe um branco em detrimento do negro por acreditar na superioridade branca, e um racista que assassina uma pessoa. Não cabe colocar estes em uma mesma caixa. Sendo assim, o estudo da branquitude crítica e acrítica de Cardoso se propõe a contribuir com uma melhor observação, análise e solução do conflito racial. É importante destacar que os autores que concordam com Albert Memmi, e que assim como esse trabalho, que retratam o opressor e oprimido, não estão negligenciando os estudos sobre a negritude e sim, sendo responsáveis por preencher um espaço vazio nos estudos raciais. (CARDOSO, 2010)

Outra maneira de abordar a branquitude está na sua organização, capaz de movimentar as estruturas da sociedade, escoradas por diferentes movimentos identitários. Esse é o caso da “Branquitude metodológica”, descrita por Bhabra, onde o objetivo de seu trabalho é argumentar que a “brancura metodológica” generalizada distorceu os relatos científicos sociais tanto do Brexit quanto da vitória eleitoral de

Trump e que isso precisa ser levado em conta na discussão de ambos os fenômenos. O que ele descreve é o retorno à 'classe' por meio de um foco na classe trabalhadora branca, segundo ele, isso demonstra que a suposta preocupação com as realidades socioeconômicas é uma preocupação com uma nova política de identidade de raça – onde a 'brancura' supera a posição de classe. Ele utiliza da publicação pós-Brexit do relatório do think tank britânico Policy Exchange, intitulado 'Racial Self-Interest is not Racism'. Através desse relatório, Bhambra explica que Kaufmann (2017) procura argumentar que o interesse próprio racial é simplesmente identificar-se com o próprio, um fenômeno de “parcialidade grupal”. Ele questiona porquê as populações brancas são estigmatizadas quando expressam seu pertencimento cultural, enquanto outras culturais não passam pelo mesmo estigma? Ao aceitar que os grupos cuidarão de seus interesses culturais, econômicos e demográficos e, por mais lamentável que isso seja, continua ele, tal clandestinidade ‘não merece a denominação de ‘racista’ (2017: 10). A parcialidade da minoria, diz ele, “geralmente não é considerada racista, [enquanto] os brancos que expressam sentimentos racialmente egoístas geralmente são” (Kaufmann 2017: 10). Ainda, aponta que a solução encontrada por Kaufmann, sugere o que chama de hierarquia e dominação produzida através do acúmulo de oportunidades concomitante de linhas de diferença. O que ele destaca é o fato de os grupos majoritários cuidarem de seus próprios interesses, sejam eles, econômicos, culturais ou demográfico, ignorando as minorias que vivem entre eles. Neste contexto, o autor de Brexit, Trump e 'brancura metodológica' expressa que argumentos como os de Kaufmann, de que a diversidade dá origem à solidariedade em declínio, derivam de uma falha em considerar a ausência anterior de solidariedade entre as linhas raciais que explica a atual distribuição de vantagens e desvantagens que entrou em disputa. É importante compreender aqui a diferença na expressão de grupos, enquanto os dominados expressam sua minoria por um sentimento de inclusão, os dominadores, expressam isso por desejo de exclusão e domínio. Por um lado, os primeiros não podem ser separados da desigualdade, enquanto o segundo caso, a bandeira, a política identitária expressa uma vontade de manter o *status quo*, e a desigualdade. O que a obra de Bhambra quer apresentar é a culminação de tais sentimentos grupais, observáveis nas vitórias das campanhas do Brexit e Trump”. (BHAMBRA, 2017, p. 219)

Mas essa branquitude não é de todo forte, já que possui fragilidades. É isso o que explica Robin DiAngelo, em sua obra "fragilidade branca", discorre sobre o ambiente isolado de estresse racial ao qual o branco ocupa, principalmente os da América do Norte, para ela, esse ambiente cria expectativas brancas de conforto, concomitantemente a uma baixa na capacidade de lidar com estresse racial. Sendo

assim, mesmo uma baixa quantidade desse estresse é capaz de gerar, e liberar movimentos defensivos, provocando emoções como medo, culpa e raiva.(DIANGELO, 2018)

E ainda, considerando que o racismo, como ideologia se sustenta na ideia de superioridade moral, intelectual, estética e física do grupo racial branco. Dessa maneira, é uma forma de controle de poder, e distribuição de recursos (SCHUCMAN, 2012) Sendo assim, é importante e necessário colocar a branquitude na posição de discussão, como uma posição de privilégio e poder no sistema internacional. A força e a violência, não foram as únicas alternativas para sustentar a espoliação da maioria, pela minoria europeia, outra opção foi um sistema de pseudojustificação, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica, segundo (RAMOS, 1955, p. 220). Retornando a Du Bois, foi ele quem teorizou, no século XX, sobre a "Linha de cor", considerada uma estratificação sustentada na raça, responsável por formar e delinear o mundo, a ainda define a estrutura global de poder da raça branca baseada em forças económicas, políticas e ideológicas, sendo assim preestabelece a ideia de raça, não como entidade biológica, e sim como uma ferramenta de cunho sociológico integrado como elemento da política internacional. (DU BOIS, 1987) (SILVA, 2021). A partir disso, os Estudos para Paz, dentro da disciplina de Relações Internacionais, podem estar caracterizado por uma omissão, silenciamento, de temas de pesquisas que combinem a Agenda que pesquisa a Paz, e a importância do elemento raça no seu desenvolvimento.

Os Estudos para a Paz e suas críticas

Os Estudos para a Paz é a agenda de pesquisa acadêmica que tem como princípio explícito a organização pacífica das relações sociais em todos os seus níveis, e um comprometimento com a não violência. Essa agenda surge inicialmente como "*Conflict Research*", no final da década de 50, nos Estados Unidos, devido a emergência em estudos de resolução de conflitos de forma pacífica, e em larga escala. Dessa forma, nasce o *Journal of Conflict Resolution* (1957), e *Center for Research on conflict Resolution* (1959) na Universidade de Michigan, por Kenneth Boulding e seus colegas Herbert Herman e Anatol Rapoport, esse se apresentou como o desafio inicial à predominância do paradigma realista como o molde de interpretação do fenómeno da paz e da guerra(PUREZA; CRAVO, 2005) Essa nova agenda de pesquisa procurou na revolução behaviorista, ou seja, desempenhava sobre a ciências sociais a legitimação inspirada nas ciências da natureza, assim como os realistas e estrategistas se fixaram a esse movimento. (OLIVEIRA, 2017). Aqui a consistência e o

foco teórico, e em agenda, ao sentido negativo da Paz, ou seja, a ausência de violência, e Guerra.(PUREZA; CRAVO, 2005). Em paralelo a isso, surge na Europa uma comunidade de pesquisa com objetivos semelhantes, mas sem o receio de colocar no centro de sua preocupação de pesquisa o termo “paz”. Johan Galtung fez isso ao colocar no cerne de seu projeto intelectual a sua atividade de pesquisa, a Paz, dessa forma surge *Peace Research*, ao lançar o *Journal of Peace Research* (1964), vinculado ao Internacional Peace Research Institute (PRIO), criado em 1959, pelo mesmo acadêmico. O que ele estava propondo era uma perspectiva metodológica mais flexível, ainda que firme no propósito de fazer a Paz um objeto científico, embora no editorial inaugural do *Journal of Peace Research*, ele sugere que a consistência teórica seja o foco central da disciplina, e não a validação empírica (JPR, 1964 apud OLIVEIRA, 2017)

Para Galtung a paz é um ideal além de utópico, ou um estado alcançado entre período de guerra inevitáveis, essa é apresentada por esse teórico como um objeto de pesquisa. Nesse sentido, Johan Galtung foi responsável por transformar a paz em objeto de análise. Uma vez que o conceito da paz estava limitado, apresentado como ausência de guerra e da violência, e em agenda uma patente minimalista, que buscava somente reduzir a incidência e extensão dos conflitos. (PUREZA; CRAVO, 2005) Ao trazer luz para as características dos Estudos para a Paz, há uma quebra com a distinção positivista entre teoria e prática. Ao fazer isso, ele supera a noção de neutralidade da ciência (já que reconhece que todos os saberes conjecturam irremediavelmente um olhar valorativo por parte de quem analisa), os Estudos para a Paz afirmam-se como uma disciplina “socialmente produtiva”, isso significa que reproduz efeitos na vida social, econômica, política e cultural das sociedades. Esses efeitos propõem-se condizentes com as resoluções pacíficas de disputas, promoção da cooperação e das transformações políticas e sociais não violentas. Ao reconhecer que a paz não é simplesmente um período entre guerras inevitáveis conquistadas por meio de esforço militar, mas sim um processo estabelecido por meio de intervenção e política direcionada, a vida da sociedade pode ser melhorada sem qualquer forma de manifestação de violência, surge assim uma ruptura com o pensamento tradicional. (PUREZA; CRAVO, 2005)

Galtung explica na introdução de seu livro que a noção de paz é usada para trazer consenso. Para a discussão da ideia de paz, é necessário entender os três simples princípios: (1) O termo “Paz” deve ser usado para objetivos sociais, e ser verbalmente aceito por muitos, e não necessariamente pela maioria. (2) Esses objetivos sociais devem ser complexos e difíceis, mas não impossíveis de alcançar. (3) A declaração de paz sem violência será mantida como válida. Para o autor, mais

importante do que explicar as diversas tipologias e definições de violência, é necessário apontar as dimensões teoricamente significativas de violência, capazes de moldar pensamentos, pesquisas, e potencialmente ações, em direção dos problemas mais importantes. (GALTUNG, 1969a) Isso é o que essa pesquisa está se propondo, ao apontar a necessidade de se estudar mais uma camada da dimensão de violência, ou seja, estudar aqueles que saíram com os bônus da estrutura racial da sociedade, que se apodera das diversas formas de violência, para a manutenção do Status quo.

Galtung com certeza apresenta mais problemas do que os resolve, ele pontua que a definição de violência é limitada, e listada, quando ela deveria ser uma linha lógica, sendo assim, ele rejeita a concepção de violência. Segundo ele há 6 importantes dimensões, mas antes é necessário se atentar ao uso das palavras chaves: “Real” e “Potencial”, e assim ele diferencia as definições de violência, entre o que pode ser, e o que realmente é, sendo assim, a violência é o que aumenta a distância entre o real e o potencial. Para Galtung, com suas analogias biológicas, se uma pessoa morre de tuberculose na década de 80, é difícil compreender isso como uma violência, a não ser que haja algum equívoco, mas uma pessoa que morre de tuberculose hoje, diante de todos os medicamentos desenvolvidos no mundo, isso para o autor, é violência. Em síntese, o que ele diz é que, se o potencial de algo acontecer é maior do que a realidade, então por definição é evitável, e quando é evitável, então a violência está presente. “Quando a realidade é inevitável, então a violência não está presente.” (GALTUNG, 1969a)

Segundo ele também, a violência sem a relação sujeito objeto é estrutural, construída sobre uma estrutura. O exemplo dado pelo autor é bem categórico, se um homem agride uma mulher, há aqui um caso pessoal de violência, mas quando um milhão de mulheres são mantidas em violência, então há uma violência estrutural. Outro exemplo poderia ser, se um indivíduo branco, agride, verbalmente, psicologicamente, ou até mesmo fisicamente um indivíduo negro, agora se a ocorrência de casos assim, é semelhante e se apresentam como o cotidiano do “outro”, então essa violência é estrutural. Ainda, quando se nota que se vive em uma época em que pessoas de classe alta vivem mais tempo que as pessoas da classe baixa, mesmo não havendo ator concreto que esteja se direcionando a atacar outra, como um assassinato por exemplo, a violência ainda assim está presente. (GALTUNG, 1969a)

Ao falar das dimensões de violência, Galtung explica que é útil também conceber esse conceito no termo de influência, o ponto de partida inicial da análise do trabalho do autor. Ele explica como dentro de uma relação completa de influência, pressupõe a existência de um influenciador, influente, e um modo de influenciar, por

exemplo, em um caso mais pessoal, pode ser usado, um sujeito, um objeto, e uma ação. Mas essa concepção de uma relação completa de influência ao mesmo tempo, segundo ele, é limitante, então para isso é necessário focar em um tipo específico de violência, uma versão também especial e truncada, onde qualquer sujeito e objeto, ou ambos estão ausentes de grandes significados, para isso, Galtung caracteriza e diferencia em seis tipos de ações de violência, ou modo de influência. As seis dimensões de violência para o autor são: física e psicológica; negativa e positiva; violência truncada (sem alguém machucado); violência truncada (sem alguém cometendo um ato violento); violência intencional e sem intenção; violência manifestada e velada. Cada uma com suas singularidades, extremamente necessárias para o entendimento da obra de Galtung e da agenda de pesquisa proposta. Vale lembrar também que o autor explica que o mais importante é se concentrar na dimensão dos significados teóricos de violência, que pode guiar pensamento, pesquisas, potenciais e ações. (GALTUNG, 1969)

“Sendo a paz considerada a mais alta ação contra a violência, então o conceito de violência deve ser largo o suficiente para abarcar as mais significantes e variáveis formas de violência, suficientes para servirem de base para ações concretas”(GALTUNG, 1969b, p. 168, tradução nossa)

Nesse sentido, podemos compreender o racismo como caracterizado por todas as categorias de violência descrita por Galtung. Ele é o agente principal no ressurgimento da teoria normativa, sendo considerada a novidade dessa ciência social, e principalmente afirmando o compromisso com os valores da paz. Segundo McSweeney (1998), sem esta reivindicação normativa os Estudos para a Paz com certeza perderiam seu diferencial como uma abordagem distintiva da ordem internacional. Segundo (PUREZA; CRAVO, 2005, p. 14) no quadro de uma íntima relação entre a teoria e a prática, a produção teórica é “prospectiva e prescritiva”, e se completa quando promove ativamente o empenho em contribuir para a paz e se traduz em estratégias concretas. O objetivo é estudar a paz de forma normativa. “Os Estudos para a Paz, eticamente orientados para a paz (por oposição a violência e à guerra), não serão menos rigorosos do que a investigação médica, eticamente orientada para a cura (por oposição a doença)”(GALTUNG e FISCHER, [S.d.]; PUREZA e CRAVO, 2005) (Galtung, 1996: 1) (Pureza; Cravo; 2005)

Como já abordado aqui, Galtung rompeu com o tradicional, ao vislumbrar ser possível um comprometimento com paz em seu sentido positivo, com a não violência, e além disso, com propósito político embasado por produções acadêmicas, é desde o

princípio o comprometimento dessa agenda de pesquisa. Porém, a partir do fim da Guerra fria, em 1990, é possível notar uma escalada de Galtung em sua teoria. Em “Cultural Violence(1990)” o autor elabora um aparato sobre esse termo, previamente abordado em suas publicações anteriores. Dessa vez, ele busca desmembrar alguns aspectos pertencentes da esfera simbólica da existência humana, como religião, ideologia, arte, linguagem, ciência, e etc. Estes aspectos podem fortalecer as formas diretas e estruturais de violência, ao validar e dar a percepção de ser correto, ou no mínimo, que não parecem erradas na percepção da sociedade. Essas manifestações simbólicas do que Galtung denomina violência cultural, agindo por meio de mecanismos sutis e indiretos, e principalmente que desempenham um papel importante na construção de identidades coletivas, ajudando a estabilizar certas ordens sociais, e as formas diretas e estruturais de violência são vistas como “comuns” “normais”, como o ar que nos cerca. (GALTUNG, 1990). Exemplos disso seria o Racismo, machismo, superstição, fundamentalismo religioso, nacionalismo, militarismo, ideologia, colonialismo, meritocracia, raça e etc. construções simbólicas geralmente fundadas em relações binárias do tipo bom/mau, superior/inferior, amigo/inimigo ou racional/emocional demonstram esse tipo de violência cultural, atuando como mecanismo de legitimação ou justificação de outras formas de violência direta e estrutural.(OLIVEIRA, 2017)

Ainda, a Concepção da Agenda para a Paz (GHALIS, 1992) foi definitivamente o momento de aproximação entre a disciplina e a organização internacional, e das estratégias de ação, diplomacia preventiva (Preventive diplomacy), restabelecimento da paz (peacemaking), manutenção da paz (peacekeeping) e consolidação da paz (peacebuilding), elementos extraídos da formulação de paz Galtuniana. sendo assim, a nova ordem internacional mundial foi beneficiada pela disciplina, ocupando uma posição de destaque, e se tornando hegemônica essa concepção de paz no campo científico e nas diversas organizações internacionais, como organizações multilaterais, ONGs, sendo necessário por esse atores para guiar políticas públicas guiadas para a Paz.(GHALIS, 1992)

Mesmo que Galtung, tenha se esquivado de diversas críticas no desenvolvimento de suas obras, é possível observar que ainda sim, podemos criticar essa agenda de pesquisa. Através da leitura de Pureza, é possível constatar que essa virada epistemológica de Galtung, realizada através do *Peace Research*, quando observado de perto demonstra certas ambiguidades que são explícitas. Ao mesmo tempo que Galtung tira a “Paz” da razão transcendental e especulação filosófica, e coloca como objeto científico. Foi isso que elevou Galtung dos Estudos tradicionais. E certamente, com o desenvolvimento da violência estrutural, ele elevou e radicalizou ainda mais essa agenda. É possível observar como Galtung reconhecia que os

Estudos para a Paz voltados a paz negativa, facilmente se tornariam uma pesquisa sobre a manutenção e cristalização do poder e do Status quo. Ao contrapor o conceito de paz positiva representado por um ideal de interação do sistema internacional, foi a imensidão responsável por suprir grandes críticas a Galtung. (PUREZA, 2011). Dessa forma, as críticas relevantes, podem ser apresentadas com autores como Herman Schimid, que escreveu que a Peace Research compartilha de uma perspectiva do sistema e uma orientação de valor igual as das instituições internacionais já existentes e coladas dos países ricos e poderosos. Para este teórico a noção de paz positiva desenvolvida por Galtung era um guarda-chuva que acolhia consensos politicamente errados, e ainda, essa .(PUREZA, 2011) Outra crítica que pode ser destacada nos estudos para paz está em Lars Dencik, que alertava a respeito da transformação dessa agenda em uma ferramenta de controle e de pacificação ativa por uma aspiração equilibrada de interesses últimos entre conflitantes, que não passaria de uma obsessão ideológica liberal. A importância nesse aqui está na contraposição de perspectivas objetiva que desse visibilidade ao que ele nominava de “violência estrutural latente”. Outra crítica apontada pela obra de Pureza e Cravo, são Stohl e Chamberlain, que possuíam uma visão a investigação para em paz então imperante regulada por um Piecemeal approach, ou seja, que entendiam o conflito como dominante, deixando de fora as causas estruturais, demandando aos Estudos da Paz abrandar a violência por meio da pacificação imediata dos antagonistas e não o ato na reestruturação do sistema que foi responsável por dar origem aos anseios diferentes. A partir disto, é possível observar e compreender a centralidade que o conceito de violência estrutural passou a ter nas obras de Johan Galtung, desenvolvendo nos Estudos para a paz foi uma resposta a essas e outras críticas. (PUREZA, 2011)

Oliveira (2017) faz uma delimitação dos desafios críticos dos Estudos da Paz, para isso ele contrasta as duas grandes orientações, ou seja, a disciplina, conservadora, convencional e minimalista, e com o foco na manifestação direta da violência, e na solução de problemas únicos criados pela guerra. Ele não ignora a institucionalização e importância da investigação da paz. Mas para ele, tão importante quanto esse reconhecimento, é perceber e enfrentar as questões estruturais e culturais que estão no cerne do conflito e da paz, e que nem sempre são mensuráveis, ou visíveis pelos métodos objetivos neopositivistas. Sendo assim, para ele é necessário dar força ao desenvolvimento a outra orientação da disciplina, “a antítese da disciplina, mais radical, maximalista, crítica e reflexiva, preocupada com um viés emancipatório e transformador do mundo.”(OLIVEIRA, 2017, p. 168) E como consta

em Pureza e Cravo, uma das principais críticas observáveis nos Estudos para a Paz está em sua padronização de atuação, sendo representado por um modelo genérico, e de mesma forma a sua aplicação, não deixando espaço para o desenvolvimento próprio desses Estados falhados, e o desenvolvimento próprio de soluções a partir adequado para essas realidades. Principalmente quando se observa que tem sua aplicação aos modos ocidentais, em maioria de países não ocidentais, sendo assim, a agenda que se pretende universal, não corresponde a experiências multiculturais. (PUREZA; CRAVO, 2005). E ainda, podemos observar críticas, como a de Ramon Blanco que apontam que operações de paz podem ser entendidas como instrumentos de vigilância e controle sobre as massas populacionais não-brancas. ((BLANCO, 2017, pp. 96–99) Sendo considerado um dos primeiros passos em uma análise desse tipo, ao apontar as operações de peacebuilding como ferramentas de “normalização” e “disciplinarização” dos Estados periféricos e suas populações. (GUERRA, 2018)

A Paz e suas marcas da Branquitude

A Branquitude utiliza de seu poder. O que eu quero dizer é que, com base no que foi abordado em relação a esse conceito, há uma noção de que branquitude é uma marca racial invisível, e os teóricos apontam essa problemática, e criam uma agenda de pesquisas que busquem investigar, e caracterizar as marcas raciais. Desta maneira, promover a visibilidade dessa branquitude, e que os indivíduos compreendam como acontece essa relação racial, e como essa tende a promover, e facilitar a vida de indivíduos que possuam características de um “Branco”. Mas há uma necessidade de escalar o tema na agenda de pesquisa, e abordar como essa branquitude, está inserida nos Estudos para a Paz, o que se propõe aqui, é olhar para essa relação a um nível internacional, e perceber como esse conceito age na estrutura de violência proposta por Galtung em conformidade com a violência estrutural.

O objetivo desse trabalho foi investigar a branquitude, caracterizada para alguns autores como “invisível”, e sua importância no desenvolvimento dos estudos para paz. Nesse caso, a branquitude se caracteriza como a marca racial que se esquia de ser observada, e problematizada. Ou ainda, Frankenberg, que define a Branquitude como multidimensional, sendo um local de privilégio racial, e de vantagem estrutural. Juntamente com isso, é um óptica de espaço, onde o indivíduo branco, observa os seus, os outros, e ao mesmo tempo para a sociedade. Sendo para a autora um amontoado de práticas culturais que costumam ser anônimas ou invisíveis. (FRANKENBERG apud DIANGELO, 2018) Nesse sentido, como demonstrado por Di

Angelo, teóricos da branquitude, em síntese, definem esta como um local histórico, social, política e culturalmente produzidos, e grudados aos processos e dinâmicas de dominação. Sendo assim, a branquitude nos Estudos para a Paz, se caracteriza como formadora e reprodutora da “paz liberal”, com intervenções em países com maioria da população não branca, infantilizando as experiências desses lugares e não sendo suficiente para a superação de violência estrutural ou cultural, sendo de certa maneira, conivente e uma ferramenta que sustenta e mantém o espaço de privilégio da branquitude no sistema internacional. Sendo assim, é necessário que essa agenda se aprofunde ainda mais nos vieses críticos, e se preocupe ainda mais com as formas de violência estrutural, cultural, e a cristalização do poder pela branquitude.

Esse é um espaço quase em “branco” nas críticas a essa agenda. Não é surpresa, que mesmo sendo sessenta volumes do *Journal of Conflict Resolution* e mais de cinquenta volumes do *Journal of Peace Research*— revistas hoje situadas entre as publicações científicas com maior fator de impacto no campo das Relações Internacionais, ter deixado de lado a abordagem da raça. Isso porquê cada vez mais vem sendo discutido a marginalidade que a raça ocupa na disciplina de RI, mesmo sendo um dos fatores de maior relevância na formação do Estado Moderno, elemento fundamental do campo e da disciplina. E ainda, as operações de peacebuilding contemporâneos, e os processos de Statebuilding são atravessados pela lógica de Du Bois, ou seja, a “linha global de cor”, sendo assim responsável por sustentar processos de manipulação sobre corpos não brancos, realizados em países afetados pelos conflitos na periferia.(GUERRA, 2018)

À medida que as críticas raciais são silenciadas, e deixadas de lado na disciplina de Relações Internacionais, e principalmente no sistema internacional. Nesse sentido, os Estudos para Paz, tem a branquitude marcada de diferentes maneiras, na Agenda de pesquisa, essa noção racial se destaque no esquecimento e silenciamento de pesquisa que atuem nessa crítica. Na promoção, e as operações de Paz, a lógica da branquitude se apresenta na intervenção de países, considerados, falidos ou falhados, pela lógica ocidental branca, que não auxilia de maneira efetiva a promoção da paz de forma plural e singular necessária para esses povos, e sim atua na reconstrução bélica e manutenção do controle do Estado. Essa noção pode estar presente em todo o desenvolvimento, desde seu surgimento, ao não considerar inicialmente o Racismo como um elemento importante de violência estrutural e cultural. Em sequência, poderíamos considerar que a “Fragilidade branca” pode ser observada nas pesquisas dessa agenda, já que podemos observar uma omissão de debates raciais e da branquitude, vista a quantidade limitada de estudos que atrevessem esses dois temas.

CONCLUSÃO

Esse artigo parte da noção e da importância da raça para a disciplina de relações internacionais, e se faz necessário devido a todo o esquecimento sistemático que o elemento raça já encarou na disciplina. Dessa mesma forma o tema branquitude é tratada, de tal forma os Estudos para a Paz, que busca promover a paz em seu sentido positivo, ou seja, ausência de todas as dimensões de violência, falhou e vem falhando. Seja na Agenda, por não ser disseminado estudos que interseccionam o tema da paz e da raça, seja na sua forma de aplicação da “paz liberal”

Na primeira seção serviu para tirar o manto da invisibilidade da branquitude, ao demonstrar o início dessa preocupação de pesquisa, suas características e suas dimensões, críticas e acríicas. Em segundo lugar, foi retratado a emergência de estudos de segurança estratégica em larga escala que resultou na criação de uma agenda preocupada com a Paz e com as diferentes camadas de violência existentes na sociedade, além de abordar o espaço crítico e criticado dessa agenda. Em último lugar é apontado de que forma a branquitude se manifesta, e influencia os Estudos para a Paz, além de propor um caminho alternativo.

Como abordado inicialmente no início deste trabalho, a colonialidade era um elemento importante para a compreensão do que seria percorrido. Pois é a descolonização que deve ser a orientação dessa agenda, para que seja possível um retorno a seu viés crítico. Dessa maneira, conseguirá escapar da posição, e nova forma de opressão social, e se concretizar como uma ferramenta de emancipação social de todos os indivíduos, brancos e não brancos, de todos os Estados, Falhados, falidos, desenvolvidos ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural? p. 1–12, 2018.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 89–171, ago. 2013.

BENTO, M. A. S. **PACTOS NARCÍSICOS NO RACISMO: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2002.

BHAMBRA, G. K. **Brexit, Trump, and ‘methodological whiteness’: on the misrecognition of race and class**. *British Journal of Sociology*. **Anais...**Blackwell Publishing Ltd, 1 nov. 2017.

BLANCO, R. Normalizando Anormais na Sociedade Internacional: Operações de Paz, Foucault e a Escola Inglesa. **Relações Internacionais**, n. 53, p. 83–107, mar. 2017.

CARDOSO, L. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. **Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>.

DIANGELO, R. Fragilidade branca. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 35–57, 26 dez. 2018.

DU BOIS, W. E. B. **The Souls of White Folk**. [s.l.: s.n.].

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969a.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969b.

GHALIS, B. **An Agenda for Peace Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping**. [s.l.: s.n.].

GUERRA, L. Raça, racismo e operações de paz: uma análise crítica da MINUSTAH. **NEIBA**, v. VII, p. 1–19, 2018.

OLIVEIRA, G. C. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p. 148, 30 abr. 2017.

PUREZA, J. M. O desafio crítico dos estudos para a paz *. **Relações Internacionais**, v. 32, p. 005–022, dez. 2011.

PUREZA, J. M.; CRAVO, T. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 5–19, 2005.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2–3, p. 168–178, mar. 2007.

RAMOS, A. G. Patologia social do “branco” brasileiro. p. 171–195, 1955.

SAID, E. W. **Orientalismo o oriente como invenção do ocidente**. [s.l.] Companhia das Letras, 1990.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, Hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo: Univesidade de São Paulo, 2012.

SILVA, K. DE S. “Esse silêncio todo me atordoia” A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **RIL Brasília**, v. 229, p. 37–55, 2021.